

TRIBUNA DA 5ª CONFERÊNCIA

União Democrática Popular - Associação Política



TESES
Regulamento
e Regimentos
da Conferência
e da Tribuna

Fotos de Paulete Matos

8 de Maio de 2010 - 10.30h Hotel Zurique - Lisboa

REGIMENTO

1- A 5ª Conferência Nacional da UDP, realiza-se a 8 de Maio de 2010, com início às 10h30 em Lisboa e tem a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura
2. Discussão e votação do Relatório da Comissão de Direitos
3. Discussão e votação do Regimento do funcionamento da Sessão Final.
4. Discussão e votação do Relatório de actividades e relatório de contas de 2009.
5. Discussão e votação das teses políticas.
6. Eleição da Direcção Nacional.
7. Encerramento.

2- Horários

9h30m – início da credenciação
10h30m – início dos trabalhos
13h00m – almoço
14h30m – reinício dos trabalhos
16h30m – intervalo
17h00m – reinício dos trabalhos

3- Tempos de intervenção

Ponto 1 – Abertura – 7m
Ponto 2 – Comissão de Direitos 5m – intervenções – 3m
Ponto 3 – Regimento – 5m, - intervenção 3m
Ponto 4 – relatório de actividades – 10m – intervenção – 3m
Ponto 5 – Teses – 15m – intervenção -7m
Ponto 6 – apresentação cada lista 5m, intervenção – 3m

4- Apresentação de moções e teses alternativas

A - Moções sectoriais – apresentadas à Mesa até às 12 horas e subscritas por 3 conferencistas (mínimo).

B - Teses alternativas globais – apresentadas à Mesa até às 12 horas e subscritas por 10 conferencistas (mínimo).

C - Para apresentação das moções sectoriais o primeiro signatário tem 5 minutos no início do ponto 5 da OT.

D - Para apresentação de teses alternativas, o primeiro signatário tem 15 minutos no início do ponto 5 da OT.

5- Apresentação das listas candidatas

Método para apresentação das listas candidatas à Direcção Nacional: lista fechada, sem limite de nº de membros, subscrita por 20 conferencistas e com apuramento por método proporcional directo.

A - As listas candidatas tem de ser apresentadas à mesa até às 13 horas.

B – A apresentação das listas far-se-á no início dos trabalhos da parte da tarde (14h30m).

C – A Votação em urna far-se-á durante o intervalo - 16h30m às 17h.

6- Diversos

A – para fotocopiar documentos, estes têm de ser entregues à Mesa até às 13 horas

B – os telemóveis devem estar desligados ou em posição de silêncio

7 – Os casos omissos neste regimento são deliberados pela Mesa, com recurso para o plenário.

REGULAMENTO

Artº. 1

1. De acordo com o art.º 19 dos Estatutos, a Direcção Nacional convoca a 5ª Conferência Nacional, cuja sessão final será realizada, em Lisboa no dia 9 de Maio de 2010.

2. As teses aprovadas pela Direcção Nacional, a 28 de Março de 2010, serão imediatamente posta à disposição de todas/os os membros, para discussão.

3. Qualquer membro, ou conjunto de membros, da UDP, poderá enviar propostas ou emendas à Comissão de Teses, como aditamentos, ou alternativas parciais ou globais.

4. A Comissão de teses, apresentará no início do ponto da discussão das teses, as propostas que não incorporou, nas suas teses. Por vontade dos proponentes e subscritas por 10 conferencistas, as propostas são colocadas à Conferência.

5. De forma a serem distribuídas, em tempo útil, por toda a organização as propostas alternativas, globais ou parciais, subscritas por 10 membros, devem ser entregues até ao dia 26 de Abril de 2010. Ultrapassado este prazo, as mesmas propostas, conforme o ponto anterior, poderão ser levadas à conferência.

Artº.2

A Conferência Nacional tem a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Abertura

2- Discussão e votação do relatório da Comissão de Direitos.

3- Discussão e votação do Regimento da Sessão Final.

4- Discussão e votação do relatório de actividades, desde a última Conferência e do relatório de contas de 2009.

5- Discussão e votação das teses políticas.

6- Eleição da Direcção Nacional.

7- Encerramento.

Artº.3

1. De acordo com os Estatutos, Direcção Nacional incentivará o debate interno, nomeadamente a Tribuna da Conferência.

2. De acordo com o nº 6 do art.º 19 dos Estatutos, cabe à DN editar a Tribuna da Conferência nas normas e preceitos definidos em regulamento próprio, sob a supervisão da Mesa da Conferência Nacional.

Artº.4

1. Organizados pelas respectivas coordenações distritais/regionais realizar-se-ão plenários de debate, organizados de forma a propiciar o debate mais participado possível.

2. Nestes plenários serão elaboradas actas em formato electrónico onde conste: Nome, profissão, e idade das pessoas presentes.

3. A Acta deve ser enviada à Comissão de Direitos até ao dia 6 de Maio de 2010.

REGULAMENTO DA TRIBUNA

4. A DN, em consonância com as coordenações distritais/regionais, poderá levar a efeito debates convidando pessoas exteriores à UDP.

Artº.5

As inscrições na Conferência têm o valor mínimo de 5 euros. Excepção: desempregadas/os e convidadas/os não pagam.

Artº.6

1. A Sessão Final tem a composição definida nos Estatutos, considerando-se no pleno uso dos seus direitos as/os membros que tenham pago as quotas referentes aos meses de 2010 até Abril. As/os aderentes após Janeiro de 2010, tem de ter as quotas pagas desde o mês seguinte à sua adesão.

2. Na Sessão Final da Conferência poderão assistir convidada/os externos à UDP sob a responsabilidade das estruturas distritais/regionais, ou do Sec da DN.

Artº.1

A Tribuna da Conferência (TC) tem como objectivo o livre debate das teses entre os/as seus membros, contribuindo para o seu aprofundamento, devendo estes considerar como, para além de um direito, o interesse da sua participação.

Artº.2

1- O Formato da TC impressa é A4

2- Os artigos para publicação devem conter a identificação do(a) autor(a) e serem enviados por meio electrónico, não ultrapassando os 6.000 caracteres, incluindo espaços.

3- As datas de saída são:
TC nº 1 – 31 de Março de 2010
TC nº 2 – 29 de Abril de 2010

4- Os artigos a publicar em cada número da TC têm de dar entrada até 2 dias antes das datas de saída.

5- As TC's são distribuídas por via electrónica, com excepção da nº1 cuja distribuição para além de electrónica é impressa e enviada por correio para todas/os os membros. Os outros nºs da TC só são impressos e entregues pela organização a quem não tenha correio electrónico.

6- A Mesa da Conferência, pode alterar a data de saída e o nº de edições em conformidade com o nº de artigos em sua posse.

Artº.3

No caso apontado no ponto 1.4 do Artº.1º do Regulamento da Conferência, serão publicadas teses alternativas na TC, sendo o número máximo de páginas igual ao número de páginas apresentadas pela Direcção Nacional.

Artº.4

A responsabilidade da edição da TC, de acordo

com os Estatutos, é da DN, terá a supervisão da Mesa da Conferência e adoptará as seguintes orientações:

1- Não serão permitidas expressões injuriosas que firam o respeito mútuo que deve imperar num debate franco e leal

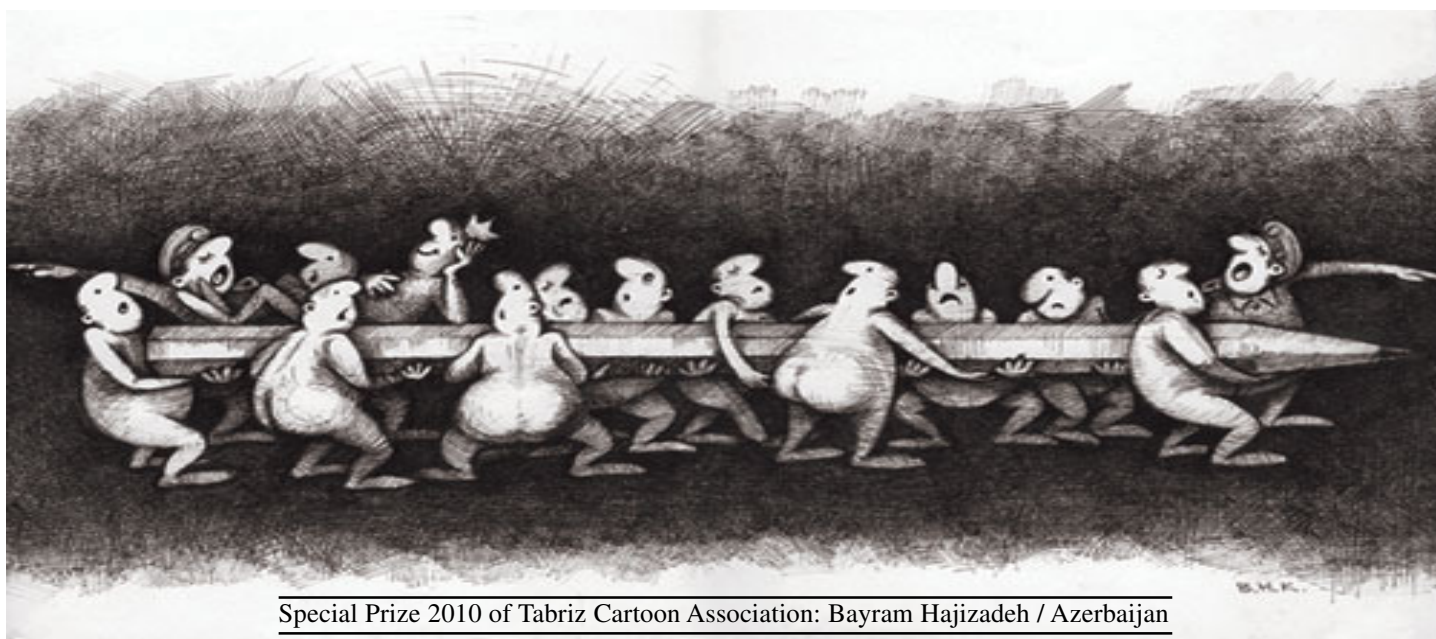
2- A Mesa da Conferência, nos casos abrangidos pela alínea anterior ou pelo desrespeito ao espaço máximo dos artigos, deverá junto do(a) autor(a) ultrapassar tais irregularidades e, em caso de irredutibilidade, pode não permitir a publicação do artigo.

Artº.5

Para o bom desempenho desta tarefa, a DN e a Mesa da Conferência poderão recorrer aos meios técnicos indispensáveis junto do Secretariado da DN.

Lisboa, 28 de Março de 2010

A Direcção Nacional da UDP



Special Prize 2010 of Tabriz Cartoon Association: Bayram Hajizadeh / Azerbaijan

PROJECTO DE TESES: A LUTA PELO SOCIALISMO E A CRISE GLOBAL

Nos últimos 3 anos, o sistema capitalista foi assolado por uma tremenda crise económica, a primeira global e a maior desde a crise de 1929. A crise significou a derrota ideológica do neoliberalismo, mas o capitalismo actual não tem outra política que não seja um neoliberalismo ainda mais agressivo.

Desta crise está a emergir um mundo mais instável, em que a ameaça à sobrevivência humana está mais próxima e o neoliberalismo é o

capitalismo real. A globalização tem vindo a agravar a exploração capitalista no mundo e as desigualdades sociais, mas trouxe também alterações ao sistema produtivo mundial e à divisão internacional do trabalho.

As “fábricas do mundo” encontram-se actualmente na Ásia, mas com elas desvia-se também o centro do comércio e da produção mundiais. Da crise económica mundial emerge a polaridade asiática e do Oceano Pacífico. A China

afirma-se como segundo maior produtor mundial e primeiro exportador.

O imperialismo global é o sistema dominante actual, mas sai reconfigurado da crise económica mundial: A China emerge como segunda potência do mundo, a União Europeia atravessa profunda crise e torna-se um elo fraco do sistema imperialista actual. As alterações no sistema dominante tenderão a provocar igualmente mudanças na luta de classes. As lutas dos trabalhadores

asiáticos poderão assumir maior relevo. Na União Europeia o confronto de programas e de classes tenderá a ser mais agudo, aos marxistas europeus colocam-se novos desafios.

O centro da luta actual é o combate às consequências da crise, que o capitalismo globalizado procura lançar ainda mais drasticamente sobre os trabalhadores. Aos marxistas cabe a tarefa de propor alternativas políticas no enfrentamento das consequências da crise global.

1. CRISE PROLONGADA, INSTABILIDADE AGRAVADA

1.1 A crise pôs a nu a falência do sistema capitalista, na sua fase actual, e do neoliberalismo como ideologia. Por ora, a fase de queda vertiginosa está ultrapassada, mas a crise e as suas consequências não foram superadas, em particular para as massas trabalhadoras.

1.2 Apesar de global, a crise

não foi uniforme em todo o mundo. Significou um recuo na produção e nas trocas mundiais e foi particularmente devastadora nos Estados Unidos e na Europa. Mas, em diversos países, ditos emergentes, manifestou-se apenas por uma redução das taxas de crescimento. Foi o que

aconteceu no Brasil e em parte da América Latina, na Índia e em parte da Ásia e, sobretudo, na China.

1.3 Ao contrário da crise de 1929, ela foi enfrentada mais rápida e drasticamente pelos Estados capitalistas. Também em contradição com os anos 30, as potências capitalistas responderam com colaboração entre si e não com um exacerbar desmesurado dos seus antagonismos. Não assistimos, por ora, à emergência de um novo protecçãoismo agressivo e a colaboração entre Estados, organismos internacionais e bancos centrais foi decisiva para responder à grande crise financeira. O entendimento entre os Estados Unidos e a China foi o factor decisivo para superar a fase de queda vertiginosa. A diferente resposta dada pelos Estados capitalistas traduz a existência do imperialismo global, uma situação de fundo diferente da

terceira década do século XX.

1.4 Os Estados capitalistas, com os EUA à cabeça, intervieram activamente na economia, numa reacção pragmática, em aberta contradição com a teoria neoliberal que proclamam. Sobretudo, concederam empréstimos e doações aos bancos e ao sistema financeiro, assim como a algumas grandes empresas, nomeadamente da indústria automóvel. Mas intervieram também com pacotes favorecendo o crescimento da procura, minorando os efeitos imediatos da crise sobre os milhões de pessoas duramente afectadas.

1.5 A China lançou um plano de apoio ao desenvolvimento do mercado interno, que foi decisivo para que a economia chinesa continuasse a crescer e não entrasse em queda profunda. O mesmo parece ter acontecido noutros países emergentes. Estas medidas impediram, pelo menos para já, que a economia mundial



1st PRIZE Spain 2010: Agim Sulaj - Italy

tenha entrado numa profunda depressão global.

1.6 Também ao contrário do que aconteceu nos anos 30 do século XX, não se tem assistido a revoltas de massas e profundas crises de regime. Multiplicaram-se os protestos e as greves, nalguns países existiram ocupações de empresas, mas muito longe de qualquer clima insurreccional. Havendo polarizações políticas à esquerda e à direita, não existe no entanto semelhança com o ascenso do fascismo e das revoltas populares, que se verificou nos anos 30. A nível mundial os povos aspiram e lutam por mais democracia.

1.7 A resposta limitada das massas à crise deve-se sobretudo a razões que têm de ser entendidas, em grande medida, como objectivas. A nível mundial, os anos 80 e 90, sobretudo com o desmoronar dos regimes do socialismo real, estabeleceram um quadro vitorioso para o imperialismo global, em que o capitalismo aparecia às massas como a única alternativa para o mundo e com capacidade de se renovar. A crise veio provar que a ideologia dominante era falsa, constituindo uma derrota ideológica. Mas política e economicamente o imperialismo é dominante e ideologicamente as forças de esquerda e revolucionárias enfrentam ainda o peso da derrota anterior.

1.8 Na crise económica, os Estados tomaram medidas para minorar as consequências da crise sobre quem trabalha. Tomaram sobretudo medidas assistencialistas e temporárias, havendo muito poucas medidas de desenvolvimento do Estado social e quase nenhuma conquistas sociais, que fiquem para o futuro. Além das medidas tomadas pelos Estados, a limitada resposta à crise por parte dos 'de baixo'



deve-se também à sua situação objectiva, nomeadamente a dois factores: o profundo e n d i v i d a m e n t o , nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, e a crise do trabalho (precariedade, trabalho temporário, etc). Os atrasos no factor subjectivo, na organização social e política dos trabalhadores, derivam não só de limitações e orientações erradas dos activistas, mas também de situações objectivas novas e bem mais complexas.

1.9 A intervenção dos Estados capitalistas traduz uma profunda derrota ideológica do neoliberalismo, mas não significou qualquer ruptura com as políticas neoliberais. Em vez de regulação o que se assistiu foi a coordenação temporária, nomeadamente através dos bancos centrais. As medidas tomadas não significam qualquer regresso ao keynesianismo, nem existem medidas de desenvolvimento do Estado social. E assim que surgiram sinais de ultrapassagem da fase de queda, as orientações voltaram a ser as anteriores.

1.10 A crise não está superada. Dela ficaram problemas de fundo agravados: grandes défices orçamentais dos Estados; brutal endividamento das pessoas e

das empresas; queda da taxa de lucro; convulsão no sistema monetário; e, sobretudo, um desemprego enorme nos EUA e na Europa. Ficou também uma nova arrumação das potências capitalistas.

1.11 O retorno às velhas receitas neoliberais tenderá, pois, a ser ainda mais incisiva e brutal, como já se tem verificado nalguns países. Cortes nos rendimentos de quem trabalha e ataques ao Estado social estarão de novo no centro das medidas neoliberais, acompanhadas de um desemprego prolongado. Todas estas medidas, para além de representarem um ataque aos povos, tenderão a ter um impacto económico recessivo, prolongando a crise. A financiarização é o modo de funcionamento do capitalismo actual e o neoliberalismo a sua política e ideologia. Neste quadro, novas bolhas especulativas são possíveis e mesmo necessárias. A crise económica tende a ser uma crise prolongada.

1.12 À crise económica somam-se a crise energética, a crise ambiental e a crise alimentar. No seu conjunto, representam uma crise estrutural do modo de produção. A crise ambiental, com o seu dramático

desenvolvimento nas alterações climáticas, e a crise energética representam o esgotamento e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento. A globalização capitalista significa sobretudo a globalização do valor, da exploração e da apropriação das riquezas naturais, acarretando um agravamento exponencial das antigas contradições e um acréscimo de novas contradições, que a longo prazo se tornam insustentáveis para a sobrevivência humana.

1.13 O traço mais marcante da situação económica e política mundial é uma profunda instabilidade, com os Estados e os poderes dominantes a gerirem os conflitos numa navegação à vista, guiada pela busca da realização capitalista e do máximo lucro.

1.14 Neste quadro, qualquer retorno ao keynesianismo e ao capitalismo regulado é impossível. Ao neoliberalismo só pode suceder o neoliberalismo, que é a política actual do capitalismo. A regulação civilizada do capitalismo não passa de uma vã ilusão, a reforma progressista do capitalismo global e das instituições internacionais é, no quadro actual, impossível.

2. OBAMA: EM BUSCA DE UMA NOVA FACE PARA O IMPÉRIO

2.1 A presidência de George W. Bush levou os Estados Unidos ao seu ponto mais baixo de sempre. O unilateralismo guerreiro imposto pelos neoconservadores gerou o oposto do que pretendiam: acelerou a decadência da potência hegemónica e provocou isolamento político mundial. Nessa governação, os EUA ganharam batalhas militares, mas não conseguiram impor um domínio incontestável. Os défices comercial e orçamental dos EUA agravaram-se, prolongando o declínio económico, ao ponto de se terem tornado nos maiores devedores em mercadorias e capitais. O consumo norte-americano é o motor da economia mundial, mas apenas é assegurado pelo endividamento. A potência hegemónica tornou-se no protótipo do império parasita, que depende do trabalho e da riqueza de outros países e regiões para manter o seu estatuto e domínio.

2.2 Obama representou assim a busca de uma nova face para o império, a procura de uma saída para a elite dominante, gerando simultaneamente uma expectativa de alguma mudança para os “de baixo”. E, como resposta política, teve bastante êxito: O presidente dos EUA foi eleito por uma maioria significativa. Internamente, gerou uma forte esperança no fim da política de guerra unilateral e na melhoria significativa nas condições de vida da maioria do povo norte-americano. Externamente em muitos países, nomeadamente na Europa, gerou uma expectativa de mudança na política dos EUA. Conseguiu mesmo atrair a simpatia de sectores moderados de esquerda, desejosos de uma humanização da globalização, e que viram em Obama o representante de uma



esquerda norte-americana.

2.3 Um ano após a eleição do primeiro presidente negro dos EUA, a esperança deu lugar à frustração, cada vez mais global. Na política interna, não mudou nada de importante. Mesmo a tão divulgada reforma da saúde não significa a construção de um serviço público e vai manter milhões de pessoas sem cobertura de saúde.

2.4 O plano de apoio à economia ficou muito longe do prometido e assentou sobretudo no apoio ao sector financeiro. O desemprego continua a crescer, a perseguição ao sindicalismo mantém-se inalterável. Nem os negros viram um passo positivo deste presidente, arriscando-se a tornar-se na maior desilusão dos movimentos cívicos norte-americanos.

2.5 Na política ambiental, em vez de aplicar medidas para enfrentar a “verdade inconveniente”, teve um papel chave em levar a zero a cimeira de Copenhaga, esforçou-se por travar as medidas mínimas e procurou fazer alianças para manter a desastrosa política de

agravamento das alterações climáticas. A sua iniciativa inovadora na área ambiental foi, pelo contrário, lançar a construção de novas centrais nucleares, uma política que estava suspensa há quase 30 anos nos EUA.

2.6 Na política da guerra unilateral, aumentou o envolvimento na guerra do Afeganistão e intensificou-a, sem ter terminado com a intervenção no Iraque. Em ambas as guerras, continuam envolvidos grandes exércitos privados de mercenários, enquanto os EUA desenvolvem novos armamentos, como os mortíferos aviões não tripulados, comandados a partir de território norte-americano. Obama nem sequer conseguiu encerrar Guantánamo, como prometera, e ao receber o prémio Nobel da Paz fez um discurso a justificar e apelar à guerra no Afeganistão.

2.7 A presidência de Obama aumenta drasticamente o orçamento de guerra e pressiona cada vez mais os países europeus a aumentarem os seus contingentes no Afeganistão. Os EUA desencadearam mesmo uma

campanha contra o “pacifismo” europeu. Na NATO, prosseguem o caminho de generalizar a intervenção do pacto militar em todo o mundo e procuram dar-lhe uma base mais fácil de actuação de acordo com os interesses de Washington, alterando a tomada de decisão para maioria em vez de unanimidade.

2.8 Na política internacional, procurou tomar a iniciativa, criar diferentes parcerias, substituindo o unilateralismo de Bush II por uma política de geometria variável, que procura comprometer os seus parceiros na política que interessa aos Estados Unidos.

2.9 A ilusão numa mudança a partir da eleição de Obama esqueceu o essencial: os Estados Unidos são o centro do imperialismo e o garante actual da sobrevivência do capitalismo. A sua política representa a busca da melhor política para que os EUA mantenham o papel hegemónico no sistema imperialista actual. Os EUA são uma potência agressiva belicista, mesmo em queda mantêm esse carácter, e poderão até aumentá-lo.

3. CHINA E ÁSIA NO CENTRO

3.1 A crise fez também emergir novas potências. Ao longo de vários anos, alguns países têm estado a crescer economicamente a taxas muito mais elevadas que as potências imperialistas tradicionais. A crise atingiu muito mais duramente estas do que alguns dos chamados países emergentes. Este desenvolvimento desigual, que é normal no capitalismo, se prosseguiu ao longo de anos leva ao surgimento de novas potências.

3.2 Dessas novas potências a mais importante é a China, que se tornou, em 2009, no país que mais exporta no mundo e no segundo que mais produz. A China tem uma população de 1.350 milhões de pessoas, é um Estado centralizado e uma forte potência militar. A sua economia continuou a crescer a elevados ritmos, apesar da crise. Os seus dirigentes dizem que provavelmente serão precisos três anos, para que a China volte a exportar tanto como em 2008. No entanto e apesar da queda, a China tornou-se o maior exportador mundial e prevê a

continuação das altas taxas de crescimento.

3.3 Além da China, outros países cresceram e vêm assumindo um destacado papel económico e, por via disso, político. É o caso da Índia e do Brasil. Simultaneamente, a Rússia encerrou a fase de queda profunda, que se seguiu ao desaparecimento da ex-URSS, e tem vindo a procurar recuperar o seu papel no mundo, tendo também como base o facto de ser a segunda potência militar mundial e uma grande exportadora de armamento. No entanto, foi duramente atingida pela crise e não conseguiu ainda reconstituir a sua área de influência destruída pela crise de 90.

3.4 Algumas das potências emergentes eram até há pouco países colonizados e dependentes. A sua transformação em potências imperialistas é limitada por essa dependência, mas se desenvolverem uma burguesia autóctone, assente no seu país ou integrada numa área regional, poderão vir a ter um

papel crescente na política mundial. Em qualquer caso, já não podem ser “esquecidas” pelas tradicionais potências dominantes.

3.5 A maior limitação destas potências deriva do modelo distorcido do seu capitalismo, essencialmente exportador, e como tal dependente do que vendem para os “países ricos”. O desenvolvimento do mercado interno será a condição decisiva para a sua afirmação como potências capitalistas.

3.6 O facto mais relevante é no entanto a crescente integração da economia chinesa com outras economias asiáticas, em três aspectos. Os chamados tigres asiáticos (Coreia do Sul, Singapura e Formosa – Taiwan) já exportam mais para a China, do que para os Estados Unidos, assistindo-se a que a exportação da China para os Estados Unidos tem uma componente cada vez maior de produção destes países. As relações comerciais económicas entre a China e o Japão têm também crescido significativamente, apesar das

suas divergências políticas. Também neste caso, é o Japão que exporta cada vez mais para a China. Em terceiro lugar, a integração crescente da economia chinesa com a dos países da ASEAN, que engloba actualmente dez países e uma população total de quase 550 milhões de pessoas. A integração já não é só comercial, mas cada vez mais também monetária. Os empréstimos chineses para muitos destes países é cada vez mais em yuans e as suas moedas estão inevitavelmente atreladas ao yuan.

3.7 O desenvolvimento da economia chinesa, do Japão e dos chamados tigres asiáticos e o peso do seu comércio com os Estados Unidos deu lugar à mudança do centro das trocas mundiais do Atlântico para o Pacífico. E, se esta integração prosseguir, este centro asiático pode vir a tornar-se no pólo económico mais importante do mundo. Neste centro asiático, assim como na Índia, os salários são muito baixos e os serviços públicos muito limitados, ou até inexistentes.

4. IMPERIALISMO GLOBAL TEM NOVO FORMATO



4.1 A evolução da crise mundial mostrou, de novo, que o mundo não está mais na situação que Lênine analisou na primeira década do século XX e o imperialismo actual, sendo igualmente agressivo, tem características diferentes. Como a UDP assinala há uma década, vivemos actualmente numa fase de imperialismo global, composto por um conjunto de potências. Os Estados Unidos são o centro hegemónico dentro desse conjunto, mas não a única

potência imperial. Esse imperialismo global é fruto da globalização dos capitais, da financiarização da economia e da emergência das transnacionais actuando mundialmente. O interesse desse imperialismo global predominou na actuação dos diferentes Estados perante a crise e levou a que a colaboração vigorasse por cima da concorrência.

4.2 Quando a UDP introduziu o conceito de imperialismo

global, isso significava a chamada Tríade: Estados Unidos, União Europeia e Japão. O que a crise económica mundial trouxe de novo foi a emergência de novas potências, o imperialismo global é hoje muito mais do que a Tríade e o peso das diferentes potências alterou-se significativamente.

4.3 A China, que emergiu claramente como segunda potência mundial, e o pólo asiático que encima tendem a ter um papel crescente na economia mundial, com repercussão política inevitável. Naturalmente, o crescente papel da China fará surgir novas contradições entre ela e as outras potências, sobretudo os Estados Unidos. Porém, actualmente os interesses da China estão claramente articulados com os dos EUA: no fundo as duas potências dependem uma da outra e, como tal, acabam por actuar em conjunto, como aconteceu na resposta à crise ou na Cimeira de Copenhaga.

4.4 Os Estados Unidos são pequenos para sozinhos dominarem o mundo, com uma política unilateral. São a potência hegemónica do imperialismo global e apesar de em queda mantêm a hegemonia. A evolução da sua política traduz precisamente a busca da política adequada para manter o papel hegemónico. Por isso, os Estados Unidos desenvolveram, com a eleição de Obama e a dinamização do G20, uma política internacional de geometria variável, conforme as áreas e as temáticas. A actuação unilateral surge mais como iniciativa do que como política geral, dando um papel crescente a diferentes G (G2, G7, G8, G20...) para envolver e comprometer diferentes potências na defesa dos seus interesses e na sua governação do mundo, mas sem se amarrarem a nenhum formato,

nem reconhecerem nenhuma parceria como igual.

4.5 Os Estados Unidos continuam a ser a potência hegemónica, porque detêm a supremacia militar, têm vantagem tecnológica, nomeadamente na informática e nas comunicações, continuam a ser a maior potência económica, apesar de estarem em queda, dominam na área financeira e monetária e comandam uma importante rede de



organismos mundiais (FMI, Banco Mundial, etc). A estes factores, há que acrescentar a vantagem de serem um Estado único de democracia representativa, sem reivindicações autonómicas ou independentistas significativas, com um poder dominante consolidado, o que lhe dá alguma capacidade de renovação da elite sem rupturas.

4.6 A teoria de um império sem centro e com papel decrescente dos Estados, defendida por Negri e tão na moda no início do século, que já tinha falido na guerra do Iraque, mostrou agora na crise que não passa de uma invenção que nada tem a ver com a realidade do mundo actual. Foi o poder dominante, com o aplauso de toda a finança, que defendeu o intervencionismo dos Estados e a sua coordenação. Ficou

provado o papel dos Estados e o seu peso. Os fundos financeiros, os bancos e as empresas transnacionais actuam globalmente, cruzam capitais e até podem variar de bandeira, mas o seu interesse comum é o que determina o imperialismo global e ganham conforme a potência e o Estado a que estão vinculados.

4.7 O partido detentor do poder na China continua a dizer que é comunista e que está a construir o socialismo.

É um grave prejuízo para a causa do socialismo e do comunismo no mundo. A China é um Estado capitalista, em que os interesses dominantes são os da burguesia nacional estatal e privada. As desigualdades sociais na sociedade chinesa não cessam de crescer e o regime, onde o exército tem um papel chave, tem como primeira preocupação garantir uma classe operária dócil e super-explorada, para que o país continue a ser uma das fábricas do mundo. Internacionalmente, a China apoia ditaduras sanguinárias, como a de Myanmar, e o seu crescente papel internacional, como na África, nada tem a ver com ajuda desinteressada ao desenvolvimento, mas pelo contrário faz parte da sua expansão capitalista internacional em busca de mercados, matérias-primas e áreas de influência.

4.8 A teoria internacional que defende que a China constrói o socialismo, em oposição ao imperialismo norte-americano, dá crédito ao poder chinês, dificulta a busca de respostas à esquerda e socialistas à situação mundial. Nesta crise, a China mostrou o seu papel na defesa do *status quo* e na colaboração para a superação imperialista da crise.

4.9 Com o crescente papel da China no mundo, irá aumentar a visibilidade dos interesses que o poder chinês defende nas diferentes partes do globo, a sua interpenetração com outros capitais e a sua defesa da exploração capitalista. Simultaneamente, é previsível um aumento das disputas entre os poderes dos Estados Unidos e da China, que no Ocidente pode até incentivar correntes xenófobas anti-orientais. Para a UDP, o poder dos EUA e da China são cara e coroa da mesma moeda. A nossa solidariedade está com a/os trabalhadora/es e povos da China e da Ásia e com as suas lutas. A defesa do trabalho e dos serviços públicos em Portugal também depende das conquistas dos trabalhadores asiáticos, onde estão actualmente as fábricas do mundo.

4.10 Nos últimos anos, a América Latina teve importantes e positivas alterações políticas. As mudanças são o resultado das lutas sociais e do combate ao imperialismo americano. Nessa evolução política, acumularam forças diversas correntes: de esquerda, nacionalistas e também social-liberais. As conquistas sociais alcançadas e a construção de governos anti-imperialistas, nalguns países, são elementos importantes para a luta dos trabalhadores e dos povos a nível mundial, contra o imperialismo global e as políticas neoliberais.

5. UNIÃO EUROPEIA EM CRISE

5.1 A União Europeia (UE) foi duramente atingida pela crise e o seu papel no mundo esteve longe do que as burguesias europeias têm pretendido em palavras. A UE funcionou para coordenar políticas, mas não actuou como um bloco único. As intervenções económicas verificaram-se a nível dos diferentes Estados nacionais e não a nível europeu. A crise tende a prolongar-se na região e está a atingir duramente diversos países, alguns em sério risco de falência. Os Estados desses países não encontram apoio na UE, sendo obrigados a constantemente recorrerem ao FMI.

5.2 O ataque às dívidas dos Estados provém, contraditoriamente, de dentro da própria UE, como está provado com o caso da Grécia, em que mais de 90% dos títulos da dívida são detidos por entidades (nomeadamente, fundos e bancos privados) europeias. Neste caso, as entidades norte-americanas detêm apenas 1% da dívida.

Esta situação pode mesmo levar a uma grande crise do euro, devido aos elevados défices orçamentais, à rígida política monetarista e à política estreita do BCE.

5.3 O envolvimento na NATO e na guerra do Afeganistão agudiza as contradições internas na UE, como claramente se viu na recente queda do governo holandês, dificulta as relações com o Médio Oriente e agudiza a conflitualidade com a Rússia e a Turquia.

5.4 A falta de união política é inevitavelmente um ponto fraco da UE, que o tratado de Lisboa consignou e aprofundou. A inexistência de união política agrava as

contradições internas, em particular entre os Estados dominantes e os seus diferentes interesses.

5.5 A UE perdeu peso a nível mundial, como a cimeira de Copenhaga comprovou, e é hoje um ponto fraco do imperialismo global. O deslocamento da produção mundial para a Ásia e do comércio para o Pacífico retira centralidade à UE. As suas contradições internas dificultam uma resposta coordenada à crise. As tendências centrífugas ganham de novo força. A saída neoliberal tenderá a intensificar o ataque ao chamado modelo social europeu, com novos cortes nas despesas sociais públicas, mais privatizações e baixa dos rendimentos de quem trabalha.

5.6 Esta situação agrava a decadência do social-liberalismo. O modelo do partido socialista europeu e da internacional socialista era a UE: Uma UE caminhando para a união política, em aliança mas contrabalançando os EUA, com uma “economia social de mercado”, em que as parcerias público-privadas teriam um papel chave, e com um “modelo social” com serviços públicos em concorrência com o sector privado. Este modelo entrou em falência com as guerras do Iraque e do Afeganistão, mas a crise actual e a evolução da UE transforma-o num projecto completamente indiferenciado das correntes de direita. A chamada “terceira via” é o neoliberalismo e as suas receitas as mesmas.

5.7 Este descalabro do social-liberalismo gera deslocamento à esquerda de sectores da social-democracia e abre caminho à construção de alianças mais amplas para o combate à política neoliberal e em defesa dos serviços públicos e da paz.

5.8 A evolução política da UE pode levar à radicalização à direita e à esquerda. Há espaço para o reforço dos populismos de extrema-direita. Mas há também espaço para o reforço das forças à esquerda. Neste quadro, é essencial que as forças anti-capitalistas tenham claro que o neoliberalismo é o capitalismo actual, pelo que o combate a ele, a defesa de um programa de serviços públicos e pela paz é que abre caminho à luta socialista.



5.9 A destruição da pequena propriedade e a centralização do capital favorece o crescimento da extrema-direita, que culpa os imigrantes e outros sectores mais pobres pela crise. A esquerda tem de se preocupar com os métodos correctos e necessários para combater essa política populista. Com base na nossa experiência, é preciso que a esquerda identifique causticamente os responsáveis da crise, a banca e o capital financeiro, e apresente políticas para os fazer pagar as consequências da crise.

5.10 Na esquerda europeia a aliança de forças de esquerda com os partidos social-liberais tem sido desastrosa, levando até ao quase desaparecimento eleitoral e político como aconteceu na Itália. Só há caminho para a luta pelo socialismo na oposição aos governos social-liberais.

5.11 Na esquerda europeia têm sido igualmente nefastos o sectarismo e a tendência para substituir a luta política

prolongada entre diferentes correntes, pela ruptura

artificial e a criação de pequenos grupos que se



edsonrodrigues.files.wordpress

tornam assim marginais na luta política. No quadro político actual, a esquerda socialista precisa de lutar sempre pela representação parlamentar, essencial para a sua existência e afirmação. A luta da esquerda europeia actual precisa de partidos com pluralismo político, integrando diferentes correntes e diferentes perspectivas, com base num programa comum.

5.12 Perante a crise da UE é preciso que a esquerda e os movimentos sociais encontrem formas de coordenação e espaços de actuação conjunta. A luta pelo socialismo na UE não passa pelas políticas assentes no soberanismo, mas exigem políticas de defesa de uma outra Europa, alternativa aos tratados e à construção neoliberal da UE. A aproximação e intervenção comum das esquerdas dos diferentes países da UE é vital para ajudar a esquerda a crescer e a encontrar políticas e reivindicações comuns para a Europa no seu conjunto.

6. PORTUGAL EM CRISE E A SAÍDA À ESQUERDA

6.1 Portugal vive uma prolongada crise e é um elo fraco numa União Europeia, também ela em crise. A submissão dos governantes do país às políticas neoliberais agressivas, predominantes em Bruxelas e impostas pelas grandes potências europeias, trará consequências muito nefastas para os trabalhadores portugueses, agravando as desigualdades sociais e a pobreza. No centro da luta política está a resposta às consequências da crise.

6.2 O segundo governo Sócrates, minoritário no parlamento, tem vindo a governar nas questões essenciais em acordo com a direita. Foi assim no orçamento de Estado para

2010 e no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). A política que segue é totalmente contrária ao que prometeu nas eleições e é a submissão completa ao neoliberalismo mais agressivo.

6.3 O PEC é um ataque brutal aos trabalhadores, que prolongará o drama do desemprego: Congelamento salarial, que significa abaixamento real dos salários; cortes nas despesas sociais do combate à pobreza; aumento de impostos para quem trabalha; redução do orçamento dos serviços públicos; privatizações de bens públicos essenciais. Mas o PEC é também recessivo e levará a que o nível de vida

dos trabalhadores portugueses fique ainda mais longe da média europeia.

6.4 A política do governo rompe com as promessas, até do social-liberalismo, e assume a política mais agressiva da direita. No combate político, o governo procura dividir diferentes camadas sociais, como o fez no passado com os professores e os funcionários públicos, e chega até a usar argumentos demagógicos e populistas caros à extrema-direita.

6.5 Sem maioria parlamentar e com uma política que afecta a esmagadora maioria da população, o governo é frágil e a situação política instável.

A direita não tem política alternativa à do governo e está obrigada a viabilizar as suas medidas essenciais, mas procura acumular forças no descontentamento popular com a governação.

6.6 O governo faz do Bloco de Esquerda o seu inimigo principal, não esquece que foi o Bloco que lhe retirou a maioria absoluta e teme o combate com amplitude e alternativa política.

6.7 No centro da luta política está a crise e quem a paga. A política do governo, apoiada pela direita, visa descarregar as consequências da crise sobre quem trabalha, directamente ou por via dos cortes orçamentais aos

serviços públicos. É uma política que serve a burguesia portuguesa que sempre viveu assente no apoio do Estado e nos baixos salários dos trabalhadores.

6.8 O Bloco de Esquerda tem proposto medidas e mostrado que há uma alternativa socialista à crise. Uma alternativa que faz do combate ao desemprego uma batalha essencial, que ataca a entrega dos bens públicos aos privados, que tem como eixo a defesa dos serviços públicos e da paz.

6.9 A situação política instável e o agravamento ainda maior das condições de vida de quem trabalha tornam a luta mais complexa e difícil. Para alcançarem vitórias as lutas precisam de ser maiores, mais massivas e participadas. A crise tende a alargar a base social dos descontentes, incorporá-los na luta social e política é uma tarefa difícil, mas a mais necessária. Em



2nd PRIZE Spain 2010: Pascal Gelu - Rumania

particular, é necessário aumentar a mobilização das camadas mais jovens para a luta.

6.10 As eleições presidenciais vão ser muito importantes na luta política. Cavaco tem grande vantagem à partida e é apoiado fortemente pela direita e pelo grande capital. A candidatura de Manuel Alegre nasceu fora da

direcção do PS e posiciona-se justamente na defesa dos serviços públicos. Sócrates procura adiar a decisão do PS sobre as presidenciais, enquanto tenta calar Alegre. Para o governo uma vitória de Cavaco Silva não é um problema, por isso a direcção do PS só apoiará Alegre se não puder ter outra posição. A maioria dos votantes do PS, sabe que Alegre representa a

oposição à direita na presidência e é a única alternativa ao conservadorismo cavaquista. O Bloco de Esquerda apoia correctamente a candidatura de Manuel Alegre e os membros da UDP devem participar activamente nesse apoio.

6.11 Na luta contra as consequências da crise sobre os trabalhadores, a UDP militará activamente no Bloco de Esquerda, pelo reforço dos movimentos sociais e pela incorporação de mais pessoas e, sobretudo mais jovens, na luta. A revista A Comuna saiu regularmente no último ano e o site acomuna.net foi semanalmente actualizado. No próximo ano será possível tornar acomuna.net num site mais regularmente actualizado, contribuindo para a divulgação das posições políticas da UDP, do marxismo e para os debates necessários à sua renovação.

PARTICIPA

Os artigos da próxima Tribuna têm que ser enviados para udp.ass.p@gmail.com, até ao dia 27 de Abril, na forma indicada no Regulamento da Tribuna.